



Complementado pelo  
Ato da Presidência nº 102/2025

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
Gabinete da Presidência

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 63 /2025**

*Determina que os depósitos judiciais vinculados ao Poder Judiciário do Estado da Paraíba sejam realizados no BRB – Banco de Brasília S.A., regulamenta a transição entre as instituições bancárias e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** que o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, após procedimento licitatório realizado, celebrou o contrato nº 10/2025 com o BRB – Banco de Brasília S.A., em 14 de março de 2025, conforme extrato disponibilizado no DJE de 17 de março de 2025, com vigência de 60 (sessenta) meses;

**CONSIDERANDO** o objeto do contrato, que estabelece, em favor da contratada, regime de exclusividade, para a prestação de serviços de captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor – RPV no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Paraíba;

**CONSIDERANDO** a necessidade de planejar a transição das contas de depósitos judiciais com todas as informações acessórias do Banco do Brasil S.A. para o BRB – Banco de Brasília S.A., a fim de que o processo não sofra solução de continuidade;

**CONSIDERANDO** o aprimoramento do sistema tecnológico utilizado tanto pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, quanto pelo novo Banco contratado, como ferramenta capaz de promover segurança e imprimir celeridade aos atos processuais e administrativos; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a segurança da informação e da operação de transferência de dados e recursos financeiros entre as instituições bancárias;

**RESOLVE:**

**DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS, FIANÇAS, VALORES APREENDIDOS E ALVARÁS JUDICIAIS**

**Art. 1º** Determinar que, consoante cronograma estabelecido no presente ato normativo, todos os depósitos judiciais, fianças e os recursos destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor – RPV, vinculados ao Poder Judiciário do Estado da Paraíba, sejam recolhidos no BRB – Banco de Brasília S.A.

Parágrafo único. São abrangidos pela previsão contida no caput deste artigo os valores colocados à disposição do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, vinculados a inquéritos policiais ou a processos judiciais, como recursos apreendidos em face de operações policiais, ressalvados os casos regulamentados por legislação específica.

**Art. 2º** Os valores deverão ser recolhidos mediante a expedição de guia de depósito judicial, através do sistema BRBJUS, em link disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado

da Paraíba, pagável em toda a rede bancária do país até a data do vencimento, ficando à disposição do juízo ao qual o processo esteja vinculado.

**Art. 3º** A gestão dos recursos sob a guarda do BRB – Banco de Brasília S.A. será feita pela unidade judiciária competente, mediante acesso ao sistema BRBJUS.

§ 1º O sistema BRBJUS possuirá diferentes tipos de perfis, a fim de permitir a cada usuário o correto nível de acesso às informações e funcionalidades.

§ 2º A concessão de acesso ao sistema BRBJUS ou a revogação desta, bem como a alteração do tipo de perfil associado a cada usuário ocorrerão mediante abertura de chamado no service desk, ao qual se anexará o ofício de solicitação, assinado pelo Magistrado responsável pela respectiva unidade judiciária.

**Art. 4º** O levantamento dos valores mantidos em contas judiciais no BRB – Banco de Brasília S.A. será realizado à ordem do Juízo competente, mediante expedição de alvará judicial eletrônico, quando disponível, emitido por meio do sistema BRBJUS e assinado com o uso do certificado digital.

Parágrafo único. Enquanto não estiver disponível a ferramenta de expedição do alvará judicial eletrônico, os ofícios e alvarás deverão ser encaminhados para o e-mail [cejudatendtjpb@brb.com.br](mailto:cejudatendtjpb@brb.com.br), onde serão tratados pela centralizadora do BRB – Banco de Brasília S.A, seguindo-se, em todos os casos, as orientações gerais já enviadas.

**Art. 5º** Considera-se alvará judicial emergencial/excepcional, para fins deste Ato Normativo, aquele que se enquadre nas seguintes hipóteses:

I - Ordens judiciais relacionadas ao Núcleo de Saúde 4.0, destinadas ao custeio de tratamentos médicos, cirurgias, aquisição de medicamentos, internações hospitalares e demais procedimentos de saúde que não possam aguardar o trâmite regular, mediante declaração expressa de urgência pelo magistrado;

II - Ordens judiciais oriundas das Varas de Família para liberação de valores alimentícios quando demonstrada situação de necessidade imediata do beneficiário, especialmente em casos envolvendo:

- a) manutenção de subsistência básica;
- b) situação de vulnerabilidade comprovada;
- c) despesas médicas inadiáveis;
- d) outras situações que, a critério fundamentado do magistrado, justifiquem a excepcionalidade.

§ 1º Os alvarás emergenciais/excepcionais deverão conter expressamente tal qualificação no corpo do documento, com indicação da hipótese legal que fundamenta a urgência.

§ 2º No período de transição indicado no cronograma do Anexo Único, os alvarás emergenciais/excepcionais serão cumpridos pelo Banco do Brasil S.A. ou pelo BRB – Banco de Brasília S.A., conforme a fase da migração, com prioridade sobre as demais ordens judiciais.

§ 3º A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba poderá estabelecer outras hipóteses de pagamento de alvará emergencial/excepcional, conforme a necessidade do serviço judiciário.

## **DA TRANSIÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS**

**Art. 6º** A transição entre o Banco do Brasil S.A. e o BRB – Banco de Brasília S.A. como instituição financeira responsável pela captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV obedecerá ao cronograma estabelecido no anexo único deste Ato.

Parágrafo único. A não observância de quaisquer dos prazos previstos no citado cronograma implica no cancelamento automático do alvará expedido.

**Art. 7º** A expedição de guias de depósito e os respectivos pagamentos junto ao Banco do Brasil S.A. somente poderão ser realizados até o dia 04/04/2025.

§ 1º As guias de depósito expedidas até o dia 04/04/2025 e não pagas até a data do respectivo vencimento poderão ser, a critério do interessado, desconsideradas, mediante a expedição de nova guia de depósito junto ao BRB – Banco de Brasília S.A.

§ 2º Eventuais depósitos realizados no Banco do Brasil S.A. após o dia 08/04/2025 deverão ser migrados ao BRB – Banco de Brasília S.A, em periodicidade definida entre as instituições financeiras.

**Art. 8º** A partir do dia 05/04/2025, a expedição de guias de depósitos judiciais deverá ser realizada exclusivamente junto ao BRB – Banco de Brasília S.A, nos termos do art. 2º deste Ato.

**Art. 9º** A partir do dia 05/04/2025, as ordens de transferências expedidas por meio do SISBAJUD – Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário deverão ser direcionadas à instituição financeira 04070 – BCO BRB, agência 0090.

**Art. 10.** Os saldos e os dados das contas judiciais mantidas no Banco do Brasil S.A. serão migrados para o BRB – Banco de Brasília S.A. até o dia 08/04/2025, seguindo critérios acordados entre as instituições bancárias referidas e as orientações do Tribunal de Justiça da Paraíba.

§ 1º Após a migração referida no caput deste artigo, as contas judiciais receberão nova numeração no BRB – Banco de Brasília S.A., recaiando ao Banco do Brasil, caso necessário, o fornecimento dos históricos de movimentações, inclusive das respectivas remunerações, até a data da migração.

§ 2º A consulta das contas migradas será realizada no sistema BRBJUS por meio do número do processo, número da conta utilizada pelo Banco do Brasil e/ou o número do CPF ou CNPJ das partes.

**Art. 11.** Ficam suspensos a expedição e o envio de alvarás às instituições financeiras no período de 29/03/2025 a 13/04/2025, salvo os alvarás emergenciais/excepcionais, na forma do art. 5º deste Ato.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12.** O e-mail suporteaotjpb@brb.com.br servirá de canal para dirimir dúvidas sobre a utilização do sistema, a migração e localização das contas migradas, ou quaisquer outros assuntos a respeito do tema.

**Art. 13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

**Art. 14.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Texto originalmente no DJe em 24.03.2025 e republicado por incorreção.  
Este texto não substitui o publicado no DJe de 26.03.2025.

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 63/2025****ANEXO ÚNICO****CRONOGRAMA DE MIGRAÇÃO**

<b>EVENTO</b>	<b>DATA</b>
Limite para expedição e envio de alvará judicial/precatório para o BB	28/03/2025
Período de cumprimento dos alvarás judiciais expedidos e enviados até o dia 28/03/2025, bem como o cumprimento dos alvarás emergenciais/excepcionais pelo BB	31/03/2025 a 04/04/2025
Limite para utilização do sistema SISBAJUD para o BB	04/04/2025
Limite para a emissão e o pagamento de guia de depósito judicial pelas partes, incluindo entes públicos devedores de precatórios pelo BB	04/04/2025
Emissão e pagamento de guia de depósito judicial pelas partes, incluindo entes públicos devedores de precatórios pelo BRB	A partir de 05/04/2025
Migração das contas judiciais do BB para o BRB	08/04/2025
Cumprimento de alvará judicial emergencial/excepcional pelo BRB	09/04/2025 a 13/04/2025
Início da prestação de serviço integral pelo BRB	A partir de 14/04/2025